

# DE COPA EM COPA

Daniel Cassol  
Jornalista

Ramiro Furquim/Sul 21



Mascote da Copa no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre, antes de ser derrubado por manifestantes

*Na Porto Alegre da participação popular, as obras da Copa do Mundo de 2014 removem árvores — e também 4.600 famílias. Tida como exemplo de transparência, a capital gaúcha obteve a maior pontuação entre as 12 cidades-sede da Copa em **ranking** elaborado pelo Instituto Ethos. Mas os relatos de moradores atingidos pelas remoções, movimentos sociais e urbanistas vão no sentido contrário: a Prefeitura de Porto Alegre está violando o direito à moradia. A especulação imobiliária expulsou as populações mais pobres para bairros afastados*

A população de Porto Alegre valoriza suas árvores. Ainda permanece viva na memória coletiva da cidade a manhã de 25 de fevereiro de 1975, quando o estudante universitário Carlos Alberto Dayrell subiu numa tipuana que seria derrubada pela Prefeitura para a construção de um viaduto na avenida João Pessoa, em frente à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O ato de Dayrell, singelo mas impensável em tempos de Ditadura Militar, é considerado um marco do movimento ecologista da capital gaúcha, conhecida também pela participação política da população.

Quase quarenta anos depois, também em um caloroso fevereiro de Porto Alegre, o gesto do estudante foi repetido. Surpreendidos pela derrubada de árvores pela Prefeitura, no leito da avenida Edvaldo Pereira Paiva, às margens do lago Guaíba, manifestantes realizaram um protesto no dia 6 de fevereiro de 2013, subindo nas árvores que restavam de pé.

Outras coisas se repetiram. Em 1975, o prefeito Thompson Flores argumentou que as árvores velhas seriam substituídas por milhares de novas mudas. Foi rebatido: não seria problema o prefeito morrer, já que novos bebês estavam nascendo. Em 2013, causou indignação a declaração do prefeito José Fortunati: “As pessoas não utilizam essas árvores”.

Acatando uma ação do Ministério Público, a Justiça acabou suspendendo a derrubada de árvores até que a Prefeitura apresentasse sua proposta para a construção do Parque Corredor do Gasômetro,

previsto em lei da própria administração municipal. No dia 16 de maio, no entanto, a 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça voltou a permitir a derrubada das árvores. Em 2013, vive-se em pleno regime democrático, mas há uma Copa do Mundo pela frente.

*Porto Alegre surgiu naturalmente como uma das sedes da Copa. O Beira-Rio do Inter só carecia de uma reforma, ao passo que o Grêmio ergueria um novo estádio. As autoridades exaltaram o exemplo da capital gaúcha, que usaria recursos públicos apenas para obras de mobilidade urbana. Mas logo vieram favores públicos e dinheiro público para os clubes*

O Gre-Nal é um dos clássicos de maior rivalidade no Brasil. Grêmio e Internacional se perseguem mutuamente ao longo da história, dentro e fora do campo. A questão dos estádios mostra a força dessa disputa.

A inauguração em 1931 do Estádio dos Eucaliptos, que recebeu jogos da Copa de 1950, levou o Internacional a se tornar imbatível durante um longo período no futebol gaúcho. A resposta gremista veio com a construção do Monu-



Protesto de Carlos Dairell (1975)

mental Olímpico, inaugurado em 1954, um colosso para a época. Ao Internacional não coube outra alternativa que não erguer, em 1969, literalmente dentro do Guaíba, o Gigante da Beira-Rio.

Quando a FIFA escolheu o Brasil para sediar a Copa de 2014, Porto Alegre surgiu naturalmente como cidade-sede. O Beira-Rio, maior estádio da cidade, só precisaria de uma reforma e de melhoria nos acessos. Na rivalidade Gre-Nal, o Grêmio anunciou que ergueria uma nova e moderna arena. Porto Alegre teria dois estádios “padrão FIFA” e as autoridades exaltaram o exemplo da capital gaúcha, que usaria recursos públicos apenas para as obras de mobilidade urbana, deixando os estádios sob inteira responsabilidade dos clubes.

Não foi exatamente o que aconteceu. Em setembro de 2010, o governo Yeda Crusius (PSDB) aprovou um projeto de lei que dava isenção de até R\$ 30 milhões para a reforma do Bei-

ra-Rio e para a construção da Arena do Grêmio, sob a justificativa de que o estádio será usado como centro de treinamentos durante a Copa. Para a construção do novo estádio gremista, o governo patrocinou uma mudança na legislação para permitir a venda, à construtora OAS, de um terreno doado pelo poder público a uma federação de trabalhadores. A OAS também foi beneficiada com mudanças em leis de zoneamento municipais e ficou desobrigada de fazer obras viárias no entorno como contrapartida.

A direção do Internacional chegou a iniciar as obras por conta própria, acreditando que conseguiria bancar a reforma com a venda do antigo Estádio dos Eucaliptos e de camarotes no novo Beira-Rio. Inviável. A obra atrasou, Porto Alegre foi retirada da relação de possíveis sedes da Copa das Confederações — realizada em julho de 2013 — e a construtora Andrade Gutierrez assumiu a reforma, que em maio estava 68% concluída, com prazo final marcado para dezembro deste ano.

A obra do novo Beira-Rio, que terá capacidade para 51.300 espectadores, está orçada em R\$ 330 milhões. Deste valor, R\$ 30 milhões se referem à isenção de ICMS do governo do Estado e R\$ 26 milhões aportados pelo clube, resultado da venda do antigo estádio. A empresa obteve financiamento de R\$ 271,5 milhões no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Como se vê, Porto Alegre, assim como outras capitais brasileiras que receberão a Copa do Mundo, é cenário de circulação de dinheiro público e favores públicos investidos na organização do megaevento.



Protesto coletivo contra derrubada de árvores, perto da Usina do Gasômetro (2013)

*Tal como as árvores no caminho do Beira-Rio, os moradores dos locais afetados por obras da Copa são mais um problema a ser solucionado por projetos técnicos que ignoraram o impacto social. “Apostou-se bastante no mérito dos arquitetos e planejadores e se esqueceram de que havia pessoas”, aponta o arquiteto e urbanista Felipe Drago*

Para sediar cinco jogos da Copa de 2014, Porto Alegre priorizou melhorar os acessos ao estádio Beira-Rio e implementar novos sistemas de mobilidade urbana, como os corre-

dores de ônibus, ou *Bus Rapid Transit* (BRTs) A ampliação da pista do aeroporto Salgado Filho era uma prioridade, mas a obra não ficará pronta a tempo e foi descartada. A Prefeitura aproveitou a Copa para colocar em andamento ou acelerar obras mais antigas, como o Programa Integrado Sócio Ambiental (PISA), voltado para o tratamento de esgotos da cidade.

“O legado das obras e do transporte público está na cidade”, afirmou o prefeito José Fortunati (PDT) no dia 8 de maio, a 400 dias do começo da Copa do Mundo. Mas no caminho das obras não há apenas árvores. Se forem consideradas apenas as obras relacionadas diretamente à Copa (ampliação da pista do aeroporto e duplicações na região do estádio Beira-Rio), cerca de 4.600 famílias serão removidas até o final do processo.

Porto Alegre é tida como exemplo de transparência nas obras da Copa. Em novembro de 2012, obteve a maior pontuação entre as 12 cidades-sede da Copa em um *ranking* elaborado pelo Instituto Ethos. O

**Reforma do Beira-Rio**

Flickr

**Lucimar Siqueira, geógrafa**

portal “Transparência na Copa” foi considerado o melhor entre as capitais. Em relação às remoções, no entanto, os relatos de moradores atingidos, movimentos sociais e urbanistas vão no sentido contrário: a capital gaúcha também está violando o direito à moradia e ignorando o histórico de participação popular consolidado nas últimas décadas.

“Num outro contexto, Porto Alegre tinha tudo para ser diferente,

por conta de seu histórico. Mas essa herança de participação e discussão com a comunidade foi solapada”, afirma a geógrafa Lucimar Siqueira, do Observatório de Metrópoles. “Porto Alegre é melhor se comparada com as outras. Mas viola direitos tanto quanto as outras”, completa.

Cidade do Orçamento Participativo e do Fórum Social Mundial, Porto Alegre está vendo seu histórico de participação popular ser soterrado pela política de exceção implementada pela organização da Copa. De acordo com os ativistas, os diálogos patrocinados pela Prefeitura com as lideranças comunitárias serviram para referendar uma política já estabelecida previamente.

“Porto Alegre é conhecida internacionalmente pela democracia participativa. Não é que isso deixou de existir, mas existiu com efeito contrário. Lideranças que historicamente militaram em favor das comunidades hoje estão fazendo o trabalho contrário”, afirma o arquiteto e urbanista Felipe Drago, da ong Cidade.

Assim como as árvores no caminho do estádio Beira-Rio, as famílias que moravam e ainda moram em locais por onde passarão as obras da Copa são mais um problema a ser solucionado por projetos técnicos que não se deram conta do tamanho do impacto social. “Apostou-se bastante no mérito dos arquitetos e planejadores de resolver os problemas e se esqueceram de que havia pessoas”, aponta Drago. “Poderia haver um plano participativo, dentro de um processo possível atualmente, com momentos em que população possa decidir ou ser consultada, ou seja, um processo democrático onde as pessoas saibam o que está acontecendo. Hoje elas não sabem o que está acontecendo”, diz o urbanista.

“Toda essa vivência exige de um governo, que tenta implantar uma série de projetos em tão pouco tempo, que tenha certos cuidados e procure minimamente respeitar limites impostos pelas conquistas da população. No entanto, o que temos visto é que as violações se repetem”, concorda a arquiteta Cláudia Favaro, integrante do Comitê Popular da Copa na capital gaúcha.

A Prefeitura contesta as informações. De acordo com o engenheiro Rogério Baú, que coordena as obras relacionadas à Copa na Secretaria Municipal de Gestão, a Prefeitura pode ser criticada pelo ritmo das obras, não por violações de direitos humanos. “Podemos sofrer críticas em relação à celeridade dos processos e estamos aí para encarar. Mas de maneira nenhuma estamos prejudicando a população, cerceando direitos ou

Flickr



Cláudia Fávoro, arquiteta



Rogério Baú, coordenador das obras da Copa

impondo constrangimentos. O processo é muito bem acompanhado pelo Ministério Público, órgãos de controle e agentes financeiros do projeto”, afirma.

***Há tanto tempo que ela não sabe precisar, Aline espera uma resposta ao seu cadastramento na Prefeitura. A Vila Dique já se mudou, mas eles ficaram para trás: “O povo ficou esquecido e a situação aqui não está boa”. As linhas de ônibus escassearam. Para pegar um ônibus e levar o pequeno Richard à creche, Aline caminha cerca de 2 quilômetros***

Em 2009, a Prefeitura começou o processo de reassentamento das famílias que viviam nas vilas Dique e Nazaré, na cabeceira da pista do aeroporto Salgado Filho, cuja ampliação era considerada obra prioritária para receber a Copa do Mundo. Na Vila Dique, 1.476 famílias seriam reassentadas em um loteamento construído a cerca de oito quilômetros dali. Na Vila Nazaré, outras 1.291 famílias seriam levadas a loteamentos construídos nos bairros Sarandi e Mario Quintana.

Os novos loteamentos foram construídos em regiões relativamente próximas à antiga moradia das famílias, mas o processo de transferência não deixou de apresentar problemas. Os equipamentos de saúde e educação chegaram cerca de dois anos depois da mudança das primeiras famílias. Há relatos de problemas de rachaduras nas residências e pouca acessibilidade para cadeirantes e idosos. Além disso, muitas pessoas que trabalhavam com reciclagem de lixo tiveram dificuldade para seguir na ativida-

de nas novas casas. Oficinas profissionalizantes foram oferecidas pela Prefeitura. “A ideia, em tese, é interessante. Mas às vezes há um divórcio entre a ideia do gabinete e a realidade das pessoas”, resume o defensor público Marcelo Dadalt.

Em janeiro de 2011, após as primeiras remoções, a Prefeitura entregou à Infraero a área necessária para a ampliação da pista do aeroporto, de 2.280 metros para 3.200 metros. O projeto executivo da obra, de responsabilidade do Exército, atrasou, e a Infraero descartou a possibilidade de a nova pista ficar pronta até 2014. Ficou para trás um grave problema social.

Há cerca de dois anos a faxineira Aline Melo, 24 anos, vive com o filho, o esposo e um cunhado na casa onde antes viviam também os sogros. Eles se mudaram para o novo loteamento e, até hoje, Aline espera uma resposta ao cadastramento junto à Prefeitura, feito pelo marido há tanto tempo que ela não sabe precisar. A Vila Dique já se mudou, mas eles ficaram para

**Aline Melo****Valtair Ramos, ainda na Vila Dique**

trás. “O povo ficou esquecido e a situação aqui não está boa”, afirma Aline, que atendeu a reportagem da *Revista Adusp* em frente à sua casa nas margens da Avenida Dique, de costas para o aeroporto cuja ampliação não se sabe quando vai acontecer.

Uma vez realizada a transferência das famílias da Vila Dique para o novo loteamento, foram transferidos também o posto de saúde e a creche da região. As linhas de ônibus escassearam. Aline caminha cerca de 2 quilômetros até a avenida Sertório para pegar um ônibus e levar o pequeno Richard, de 3 anos, à creche. Ela faz faxinas em residências, mas no momento se vê obrigada a ficar cuidando da casa — sem os vizinhos, que já se foram, a casa solitária no meio do mato é alvo fácil para assaltantes. No mato que cerca a casa proliferam mosquitos em proporções nunca vistas.

São dezenas de famílias na mesma situação de Aline. Por problemas nos cadastros, falta de moradias

nos novos loteamentos e atrasos em geral, elas ficaram para trás no processo de remoção das vilas Dique e Nazaré. No dia 10 de maio, as vereadoras Fernanda Melchionna (PSOL) e Luiza Neves (PDT) reuniram-se com o diretor do Departamento Municipal de Habitação (Demhab), Everton Braz, que pediu um “voto de confiança” no órgão. Em abril, os vereadores haviam realizado uma visita na avenida Dique e conversado com as famílias.

“Agora estamos longe das coisas e de noite isso aqui é uma escuridão. Tinha tudo, agora não tem mais nada”, lamenta Valtair Ramos, que trabalha com reciclagem de lixo e mora a cerca de 50 metros da casa de Aline. Assim como a vizinha, Valtair não sabe o que responder quando perguntado a respeito da informação que recebe dos funcionários da Prefeitura a propósito de sua possível transferência. “Dizem que agora é por nossa conta”, repete Valtair. Viúvo, ele vive com o filho que, no momento da visita,

trabalha como “caseiro” de uma residência próxima, cujos proprietários saem para trabalhar e não querem deixá-la sem ninguém.

Rogério Baú, da Secretaria de Gestão, afirma que a transferência completa das famílias dessa região continua sendo uma prioridade. “Se a transferência não ocorreu totalmente, é por alguma questão operacional ou de finalização plena das habitações. A garantia de mudança da totalidade da Vila Dique está posta”, diz ele.

Para a geógrafa Lucimar Siqueira, a situação das famílias que ainda permanecem na região do aeroporto revela como Porto Alegre inverteu as prioridades na corrida pela Copa. “Você está preocupado com as famílias ou está preocupado em implementar uma obra e, para isso, vai utilizar alguns instrumentos para viabilizar a retirada das famílias? Porto Alegre optou pela segunda alternativa. O mais importante era o aeroporto”, afirma a integrante do Observatório de Metrôpoles.



**Em maio de 2013, moradores ainda não removidos da Vila Diqúe residem e trabalham entre escombros**

***Na Avenida Tronco, Deroci Santos mostra ao repórter que, ao derrubar a casa vizinha, a Prefeitura danificou a casinha onde ele guarda oferendas. “Eles não podem sair derrubando as casas assim, de qualquer jeito”, reclama. Deroci aceitou o bônus moradia, mas só deixa o local se a irmã, que mora nos fundos, também receber o benefício***

Comitê Popular da Copa é suficiente para perceber que há muita desinformação e uma boa dose de indignação entre os moradores que terão suas casas removidas. Eles saem de dentro de suas casas quando percebem o grupo caminhando. Todos têm alguma história para contar.

Funcionário de uma firma de limpeza, Deroci Santos quer mostrar que, na derrubada da casa vizinha, os funcionários da Prefeitura danificaram a casinha onde guarda oferendas de sua religião. “Eles não podem sair derrubando as casas assim, de qualquer jeito”, reclama. Deroci aceitou receber o bônus moradia, no valor de R\$ 52 mil, para comprar uma outra casa. Já tem dois imóveis em vista, mas está aguardando que a Prefeitura aceite dar o mesmo benefício à irmã, que mora nos fundos. “Não vou sair e deixar minha irmã para trás”, afirma.

Mais à frente, o servente Juliano Silveira vive situação semelhante. A mãe já pegou o bônus moradia

e se mudou para Viamão, cidade da região metropolitana. Ele, que vivia com a esposa no mesmo local, aguarda a inclusão no cadastro para ter direito ao benefício. Enquanto isso, convive com os escombros das casas derrubadas ao redor. Muito lixo é jogado no agora terreno baldio. Na pele da esposa surgiram feridas, que ele atribui à presença de ratos. “Até agora não recebi resposta da Prefeitura”, lamenta.

O problema também atinge comerciantes da região. Vera Muller é proprietária de uma serralheria bem em frente ao posto de saúde, conhecido como “postão da Cruzeiro”. A mudança implicará perda da referência para os clientes. Vera pediu reavaliação do seu imóvel, para obter mais que os R\$ 52 mil oferecidos, mas também sofre com a falta de informações. “A Prefeitura não quer saber de nada. Estão derrubando as casas e vamos embora”, critica.

A duplicação da Avenida Tronco é uma obra prevista há quatro

Uma caminhada na Avenida Tronco na companhia de um repórter-fotográfico e de integrantes do



décadas no plano diretor de Porto Alegre. Apesar de não fazer parte da matriz de responsabilidade da Copa do Mundo, a obra ajudaria a desafogar o trânsito na região do estádio Beira-Rio, já que essa via é uma alternativa para quem se desloca rumo à zona sul da cidade. No contexto das obras de mobilidade urbana relacionadas ou não à Copa, a Prefeitura de Porto Alegre decidiu levar adiante a duplicação da Avenida Tronco e a remoção de 1.400 famílias ao longo dos 5,3 quilômetros de extensão.

Para transferir as famílias, a Prefeitura abriu um escritório na comunidade para oferecer ou um bônus moradia no valor de R\$ 52 mil ou um aluguel social, no valor

***O bônus moradia representa uma violação, diz a geógrafa Lucimar Siqueira: “Ele não é ilegal. Mas só indeniza a casa, e não a posse. O bônus moradia é um instrumento de remoção. Ele viria como uma forma de indenização, mas foi subvertido dentro desse processo para ser utilizado para remoção”***

de R\$ 500. O próprio morador fica com a responsabilidade de encontrar um imóvel para comprar ou alugar por estes valores. O baixo valor, comparado ao aquecimento do mercado imobiliário, estaria obrigando os moradores a procurarem residências em regiões afastadas e até mesmo no litoral, transferindo o problema social para outra cidade.

“Muitas famílias ameaçadas de remoção, sentindo-se pressionadas com o cenário de guerra, têm optado pelo bônus moradia ou pelo aluguel social com medo de ficar sem nada”, relata Cláudia Favaro, do Comitê Popular da Copa. O relato do aposentado José Araújo, 72 anos, que terá parte de seu terreno atingido pelas obras, é semelhante. “Não se



**Leandro Anton**



**Deroci Santos**

encontra nada em Porto Alegre nem na região metropolitana. Algumas pessoas estão se mudando para o interior e para o litoral”, protesta Seu Zé, como é conhecido.

Além do baixo valor oferecido, o bônus moradia não leva em conta a posse do terreno, um direito garantido pelo Estatuto das Cidades. “Eles não podem simplesmente tirar as famílias, como se não tivessem direito a nada. E todo o tempo em que vivem ali, as conquistas que trouxeram para a região?”, questiona.

O morador critica também a atitude dos funcionários da Prefeitura, que estariam pressionando as famílias a deixarem a região em razão da pressa para concluir a obra até a Copa do Mundo.

Segundo o arquiteto e urbanista Felipe Drago, famílias estariam juntando seus bônus a fim de conseguirem comprar imóveis em melhores condições e próximos às suas antigas moradias. “Isso está alimentando o déficit qualitativo no Brasil. Co-residência é déficit habitacional também”, lembra.

Para a geógrafa Lucimar Siqueira,



**Juliano Silveira**

o bônus moradia representa uma violação, apesar de não ser ilegal. “Do ponto de vista da tramitação, o bônus moradia não é ilegal. Mas é uma violação, porque só indeniza a casa, e não a posse. E o direito à posse tanto existe que a última coisa que as famílias assinam quando vão entregar a casa é a entrega do direito à posse à Prefeitura”, aponta. “O bônus moradia é um instrumento de remoção. Ele viria em tese como uma forma de indenização, mas foi subvertido dentro desse processo para ser utilizado para fazer remoção”, completa.

Coordenador do Quilombo de Sopapo, ponto de cultura localizado no bairro Cristal, também atingido pela duplicação da Avenida Tronco, Leandro Anton afirma que a Prefeitura nunca apresentou um plano de reassentamento das famílias e ainda está violando o direito de serem reassentadas dentro da região, apesar da promessa do prefeito José Fortunati, em reunião realizada em maio de 2012, de garantir a moradia para quem desejasse permanecer na região. “O escritório da prefeitura só oferecia bônus moradia ou aluguel



**Bruna Rodrigues, presidente da União das Associações de Moradores**

social. Isso estava violando o direito das famílias que optaram por moradia no local”, declara. Com o valor do bônus moradia, prevê Leandro, os moradores vão adquirir casas em locais muito afastados, vender e voltar para a região da vila Cruzeiro comprando uma casa irregular.

Em resposta ao discurso de que não haveriam áreas disponíveis na região para o reassentamento das famílias, os moradores se organizaram e mapearam terrenos que, com prédios de apartamentos, dariam conta de acomodar as famílias atingidas pela duplicação da Avenida Tronco. Organizados no Comitê Popular da Copa, lançaram a campanha “Chave por Chave”, ou seja, anunciando que só deixariam suas antigas casas tendo as chaves das novas.

A Prefeitura terminou por desapropriar esses terrenos, mas o atraso nas obras leva os moradores a defender que o processo de reassentamento seja priorizado. “A obra só deve sair quando estiverem concluídas as moradias ou na medida em que as casas forem construídas”, sustenta Leandro.

***A Defensoria Pública do RS instituiu a Comissão de Defesa aos Atingidos pela Copa e Megaeventos (Cdcopa), para evitar violação de direitos. “Antes de a demanda vir até nós, queremos tomar conhecimento das obras e de como estão sendo feitos os deslocamentos”, diz a defensora Adriana Schefer***

A falta de informações confiáveis da Prefeitura, a pressão em função da Copa do Mundo e a derubada das casas são fatores que criam tensão entre os moradores. “A comunidade está se transformando em uma panela de pressão”, afirma Bruna Rodrigues, presidente da União das Associações de Mora-

dores (Uampa). Ela também terá sua casa removida para a ampliação da avenida e vê as famílias optando pelo bônus moradia porque não vêem perspectiva de serem reassentadas na região. Mesmo assim, a demora na liberação dos recursos faz com que as famílias percam oportunidades de comprar imóveis em melhores condições. “As pessoas não sabem o que está acontecendo. Tudo é muito confuso”, diz. As negociações da Prefeitura, conduzidas individualmente com os moradores, são um fator de desestabilização que tende a se agravar com o encurtamento do prazo. “Vão começar a atropelar”, prevê.

O aluguel social estaria se transformando em um instrumento para forçar o despejo das famílias. “Essa política expõe a comunidade e a deixa refém do poder público, podendo ser obrigada a qualquer momento a aceitar qualquer proposta de reassentamento, principalmente sabendo que a intenção da Prefeitura foi desde sempre utilizar os empreendimentos do ‘Minha Casa, Minha Vida’ que estão sendo construídos para além dos bairros periféricos da cidade, para reassentamento destas famílias”, afirma Cláudia Favaro.

De acordo com Rogério Baú, da Secretaria de Gestão, o cadastro da Prefeitura indicou que 22% dos moradores atingidos optaram por mudar de bairro. Aos que optaram por permanecer na região, estaria garantido este direito com a construção de prédios em 43 terrenos da região adquiridos pela municipalidade. “A política habitacional da Prefeitura é pela permanência

das famílias na região. Foram escolhidos terrenos pelas próprias comunidades, garantia de que as famílias permanecerão na região”, afirma o coordenador das obras da Copa, na contramão das evidências e dos diversos relatos colhidos na comunidade.

As habitações não começaram a ser construídas, informa o representante da Prefeitura, porque nenhuma construtora se interessou pelos editais do programa “Minha Casa, Minha Vida”. Para resolver esta situação, a municipalidade aumentou o valor do programa em seis CUBs (Custo Unitário Básico de Construção por metro quadrado, cujos parâmetros são definidos por lei federal). Baú defende que as obras podem seguir em andamento ao mesmo tempo em que as famílias são removidas. “Não há sentido começarmos as obras só depois de as famílias saírem da região. Não estaríamos aplicando engenharia”, afirma.

Após a articulação do Comitê Popular da Copa, os moradores da Avenida Tronco receberam visitas da Secretaria de Direitos Humanos do governo federal, em setembro de 2012, e da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (Ciset), em novembro. No relatório apresentado à Presidência, a Ciset escreveu que as obras preparatórias para a Copa em Porto Alegre demandam “remoções e despejos necessários à adequação da mobilidade urbana”, mas “possíveis casos de violações de direitos humanos devem ser evitados”.

“Dessa forma, entendemos que as remoções devem ser previamente

discutidas com a população atingida para que participem do processo de planejamento e identificação de alternativas de forma a minimizar os impactos sociais. Ademais, as famílias removidas devem ser reassentadas em lugares mais apropriados que aqueles em que moravam antes, ou seja, com a adequada infraestrutura de educação, saúde, esporte, lazer, dentre outros, constituindo-se assim um plano de legado sócio-ambiental da Copa 2014, que valoriza e protege os direitos humanos”, diz o texto.

A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul instituiu, em maio deste ano, a Comissão de Defesa aos Atingidos pela Copa e Megaeventos (Cdcopa), para prevenir possíveis conflitos e evitar violação de direitos. “Com a aceleração do processo e os prazos fluindo, a tendência é a violação de direitos. Antes de a demanda vir até nós, queremos tomar conhecimento das obras e de como estão sendo feitos os deslocamentos de famílias, para não chegar no final e termos um passivo social para resolver”, afirma a defensora Adriana Schefer do Nascimento, coordenadora do recém criado Núcleo de Defesa e Moradia.

O Departamento Municipal de Habitação (Demhab) mantém audiências mensais com o Ministério Público, para informar o andamento das remoções e das obras de habitação. “Nos nossos dias, não é crível que o poder público execute políticas de reassentamento na base do despejo e da patrula, como acusam”, sustenta Rogério Baú.

*“Em todas as cidades que têm problemas de moradia associados à Copa os governos não estão fazendo nenhuma das etapas de apresentação de projeto e discussão com a população.*

*A comunidade só fica sabendo das obras quando os tratores já estão na rua”, avalia Anelise Gutterres*

No seu doutorado na UFRGS, a antropóloga Anelise Gutterres vem pesquisando as redes formadas por moradores, ativistas, pesquisadores e comunicadores contra as violações de direitos humanos em decorrência das obras da Copa. Realizando trabalho de campo no Morro da Providência, no Rio de Janeiro, ela vê uma lógica no processo de preparação da maioria das cidades sede no Brasil.

“O que está acontecendo em todas as cidades que têm problemas de moradia associados à Copa é que os governos realmente não estão fazendo nenhuma das etapas de apresentação de projeto e discussão com a população. A comunidade só fica sabendo das obras quando os tratores já estão na rua. A informação realmente não circula na comunidade”, avalia.

Assim como a população não vem sendo informada nem con-

sultada sobre as obras que atingirão suas moradias, em Porto Alegre, não poderia ser diferente, está em curso o mesmo processo de especulação imobiliária que se verifica em todas as grandes cidades brasileiras, principalmente naquelas que vão receber a Copa. “A Copa é uma oportunidade de implementar um projeto de cidade, dinamizar o capitalismo, aquecer a economia e o mercado para concentrar renda”, resume Lucimar Siqueira.

No final de 2011, a Prefeitura de Porto Alegre gravou aproximadamente 40 áreas de interesse social na cidade, para onde seriam realocadas famílias removidas em função de obras de mobilidade urbana. Todas nas regiões periféricas da cidade. “As áreas foram gravadas na periferia, mas as obras de mobilidade urbana não chegam até elas”, lembra a geógrafa. Em resumo, o que está acontecendo em Porto Alegre é que a região central da cidade tornou-se um canteiro de obras, imobiliárias e de mobilidade urbana, enquanto as populações mais pobres estão sendo removidas para bairros afastados que não estão recebendo os mesmos investimentos.

Além de dinamizar a especulação imobiliária, a Copa do Mundo é um pretexto para levar adiante políticas de elitização da cidade e privatização dos espaços públicos. A segurança do Mundial e a organização do evento para além dos



**Parque Marinha do Brasil, um dos maiores de Porto Alegre, está sendo rasgado para duplicação de uma avenida**

estádios — as cidades-sede terão espaços controlados pela FIFA para a população assistir aos jogos em telões, por exemplo — servem como catalisador desse processo.

Se no Senado tramita um projeto de lei que “define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança” da Copa, Porto Alegre também discute a reformulação de seu código de convivência, incluindo um ponto sobre o regramento de manifestações populares. Exemplos já estão disponíveis, como as leis municipais que restringem atividades públicas no Largo Glênio Peres, em frente ao Mercado Público de Porto Alegre, tradicional palco de

manifestações populares. Futuro local da “Fanfest” durante a Copa do Mundo, o largo já é patrocinado pela Coca-Cola e, nos fins de semana, vira estacionamento — enquanto feiras populares têm seu funcionamento restringido no local.

O efeito colateral desse processo é o surgimento de movimentos culturais e políticos de contestação a este modelo de cidade e, mais do que isso, de construção efetiva de alternativas. Entre eles, se destacam o Defesa Pública da Alegria; o Vaga Viva, que promove a “ocupação” de vagas de estacionamento nas ruas; e o Largo Vivo, que desenvolve atividades culturais no Largo Glênio Peres. O ápice desta tendência na capital gaúcha foram as manifestações contra o aumento na

tarifa do transporte coletivo em 2013.

“São movimentos políticos de outra ordem, que não têm uma dependência institucional que os movimentos da reforma urbana buscaram a vida toda e estão numa situação precária justamente por isso”, analisa o arquiteto Felipe Drago. A antropóloga Anelise Gutterres lembra, porém, que os moradores da periferia são esquecidos até pelos movimentos dos “indignados” de Porto Alegre. “A moradia tem poucos parceiros. A sociedade como um todo acha mesmo que essas pessoas são invasoras e que é melhor ir para o local onde a Prefeitura as está levando do que ficarem nas suas casas”.